

# A NOTÍCIA

## FUTUROS ASTROS

*Município aposta nas artes marciais para auxiliar no desenvolvimento da criança*



## TRABALHOS QUE MERECEM DESTAQUE

# Trajetória de Paulo Dantas na Assembleia acolhe diversos setores da sociedade

“ Quando penso em cadeia produtiva do leite, eu vejo a cara da distribuição de renda e a democratização de oportunidades para o povo de Alagoas ”

Deputado tem atuado tanto na economia quanto na valorização de servidores



## REVOLTA

Procurador-geral da República afirmou que CPI da Covid não apresentou provas

# Renan acusa Aras de “heresia jurídica” e de “enrolar” CPI



## VISTA GROSSA

Caso de Evandro Roman, do Patriota, foi julgado em novembro pela corte

# Arthur Lira ignora há três meses ordem para cassar mandato de deputado



## PEDOFILIA



Crime aconteceu em Porto Real do Colégio.  
Processo corre agora em segredo de justiça

# Sargento da PM vira réu acusado de amarrar e estuprar adolescente



## CRITICADO

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) se defendeu, nesta terça-feira, das críticas que vem recebendo virtualmente por ter barrado a votação do piso salarial da enfermagem na Câmara. O Plenário do Senado aprovou em novembro, na forma de um substitutivo, o projeto que institui o piso salarial nacional do enfer-

meiro, do técnico e do auxiliar de enfermagem e também da parteira (PL 2.564/2020). A proposta de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) estabelece um salário base de R\$ 4.750 para uma carga de 30 horas semanais para os enfermeiros; 70% deste valor para os técnicos; e 50% para os auxiliares de enfermagem e parteiras.

## MDB E LULA

O senador por Alagoas, Renan Calheiros (MDB), segue entusiasmado com a possibilidade de o MDB fechar questão em relação ao apoio ao ex-presidente Lula na disputa de 2022. Já existe um encontro marcado entre o candidato do PT com a cúpula do MDB para depois do Carnaval, logo após o seu retorno do México. Calheiros lembrou que se o MDB decidir lançar uma candidatura com pouca expressão, terá dificuldades em relação à sua bancada na Câmara dos Deputados. Um exemplo de como os candidatos a deputados federais podem ser prejudicados, caso o candidato a presidente apoiado pelo partido tenha poucas chances de vitória, foi o que aconteceu em 2018, quando o MDB lançou o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles.

## GOLPE

A Polícia Federal em Alagoas deflagrou na quinta-feira, 24, a segunda fase da Operação Pasto de Papel, que tem como objetivo investigar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional cometidos na região de Cacimbinhas e adjacências. Assim como a primeira fase, esta etapa também contou com apoio do Banco do Brasil, instituição bancária que opera a concessão dos financiamentos relacionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A primeira fase da Operação foi deflagrada em 2 de dezembro do ano passado, e os fatos investigados, nesta segunda etapa, são semelhantes, embora tenham ocorrido em região diversa. As investigações em ambos os casos indicam que um determinado grupo, através de simulações de contratos de promessa de compra e venda, comodato e de outras formas capazes de sugerir titularidade de uma propriedade rural, além de outras fraudes na instrução dos pedidos de financiamento, logrou êxito em obter a liberação dos recursos, que tão logo disponibilizados nas contas bancárias eram destinados para finalidades diversas das previstas pelo Programa de incentivo à agricultura familiar.

## ECONOMIA

A taxa média de desocupação em Alagoas foi estimada em 14,5% no último trimestre de 2021, um recuo de 2,6 pontos percentuais em relação aos três meses imediatamente anteriores (julho, agosto e setembro). Já a taxa média anual de desemprego foi de 17,8% em 2021, o que indica uma tendência de recuperação frente à de 2020 (18,9%). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e foram divulgados nesta quinta-feira (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com as demais unidades da federação, Alagoas apresentou a quarta maior taxa de desocupação, atrás do Amapá (17,5%), Bahia (17,3%) e Pernambuco (17,1%), permanecendo na mesma posição de Sergipe (14,5%).

## Pesquisas falsas



## EDITORIAL

Pesquisas eleitorais não enganam mais ninguém, a não ser os próprios candidatos. Na esperança de insistir em uma mentira e tentar transformar o falso em verdade, as únicas vítimas desses factóides são os próprios políticos que encomendam pesquisas fajutas e pagam para registrar na Justiça Eleitoral.

O que o eleitor quer ver de concreto são trabalhos desempenhados, promessas cumpridas e candidatos fora de escândalos de corrupção. Como diz a música de Raul Seixas: “Eu não preciso ler jornais, mentir sozinho eu sou capaz. Não quero ir de encontro ao azar”.

Segundo que foi já exposto à imprensa, durante as últimas décadas, um grupo de cinco institutos de pesquisa falsificou, à custa do dinheiro público, cerca

de cem pesquisas eleitorais por todo o interior de São Paulo. No esquema, prefeituras de cidades pequenas contratavam os institutos para a prestação de serviços de consultoria.

Mas em vez de cumprir esses contratos com o Poder Público, as empresas produziam pesquisas falsas que previam vitórias por

amplas margens dos prefeitos envolvidos no arranjo. A prática não é recente: os donos desses institutos acumulam condenações na Justiça Eleitoral desde 1998.

Será que muito pouco mudou? Será que essas pesquisas divulgadas recentemente realmente são fidedignas? Veremos em outubro.



LAURENTINO VEIGA

## ARTIGO

## Coragem de dizer

“Mendes de Barros deixa nua a política de Alagoas e do Brasil. Colunista Maldito. Incomoda o poder por 44 anos. Parecem de hoje artigos de velhas datas”. Frase lapidar de Gilberto Braga de Melo, Prefaciador do majestoso livro O Galo e o Marajá na Terra do Sol. A Gráfica Bagaço homenageia o jurisconsulto da Assembleia Legislativa pela Coragem de dizer.

O inolvidável paraibano Noaldo Dantas aportou na bela Maceió (1975), com a missão de soerguer o vetusto Jornal de Alagoas, fundado pelo pernambucano Luiz Silveira no limiar do século XX (1908). E, disse: Muitos mudaram, inclusive o Brasil. Mendes de Barros, sempre foi o mesmo. Um incansável defensor das liberdades públicas e um paladino do Estado de Direito.

A obra, por sua vez, tornou-se memorialista à medida que resgata a história de Fernando Collor de Melo que, após jubinado pela UnB,

baixou na capital a fim de concluir o curso de Ciências Econômicas e, posteriormente, tornar-se prefeito biônico da terra de Lêdo Ivo.

Eleito governador de Alagoas, perseguiu os economistas das Fundações, fixando salário mínimo à categoria deixando-a a mercê da miséria. Desrespeitou o INPC, impondo sua vontade no sentido de exterminar o funcionalismo estadual. Galgou à presidência da República, destronado do poder pela incoerência política no âmbito nacional.

Doutor Luiz de Gonzaga Mendes de Barros, autor do corajoso artigo – E o marajá sou eu! Dissecando a personalidade do tirano collarido:

“Faz cerca de vinte anos, um candidato a presidente de República adquiriu popularidade, em razão de boa-fé do eleitorado, suficiente para vencer as eleições, dizendo-se “caçador de marajás”, ou seja, contrário aos funcionários

públicos que recebiam remuneração decente, compatível com suas responsabilidades, o que os vacina contra as propinas e falcatrues que seu governo institucionalizou...”

Dr. Mendes, por tudo isso, fora perseguido pelo presidente-mor a ponto de ter sido denunciado no STF. Adquirindo seus direitos funcionais compatíveis à sua capacidade jurídica, bem como fazendo justiça aos 44 anos de bons serviços em prol da moralidade pública do Estado de Alagoas como um todo. Tornando-se uma referência jurídica no âmbito estadual e nacional.

Felicit-o pela grandeza de sua obra, pelo teor de seus artigos, e, porque não dizer, pelo devotamento aos perseguidos pela Revolução de 1964. Aplaudo sua longevidade de seus 88 anos de profícua existência sendo coerente com ele mesmo e com sua própria história inserida nos umbrais de seu tempo.

## EXPEDIENTE

Lourdes Lucena  
Diretora Administrativa  
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira  
Editor Geral  
josefernandomartins@gmail.com

Adriano Ramos  
Departamento Jurídico  
adrianoramos34@hotmail.com

Wellington Sena  
Diagramação e Artes  
artsenna10@gmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:  
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,  
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470  
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

# QUEM TE VIU QUEM TE VÊ

ALAGOAS ENCHE SUA  
GENTE DE ORGULHO.

BASTA OLHAR QUE LOGO SE VÊ MUDANÇA POR ALAGOAS INTEIRINHA. NA SAÚDE, NA EDUCAÇÃO, NO DESENVOLVIMENTO, AS COISAS MUDARAM DE VERDADE POR AQUI. A SEGURANÇA VIROU EXEMPLO PARA O BRASIL, A LUTA CONTRA A COVID-19 FOI DESTAQUE NACIONAL E A GERAÇÃO DE EMPREGOS DEVOLVEU O SORRISO E A ESPERANÇA PARA NOSSA GENTE. E MOTIVOS NÃO FALTAM PARA QUEM AMA ALAGOAS DE VERDADE DIZER: AHHHHH, MINHA ALAGOAS, QUANTO ORGULHO DE VOCÊ.



**13.400**  
**NOVOS EMPREGOS**  
SÓ NA CAPITAL



**34** **CISPS**  
**PRONTOS**  
MAIOR REDUÇÃO DA  
VIOÊNCIA NO BRASIL



**5** **HOSPITAIS**  
**ENTREGUES**  
10 UPAS FINALIZADAS



**O TURISMO INVADIU  
O INTERIOR E VALORIZOU  
NOSSA ARTE E CULTURA**



**PROGRAMA ESCOLA 10**  
**BOLSAS DE INCENTIVO**  
PCCS DA EDUCAÇÃO

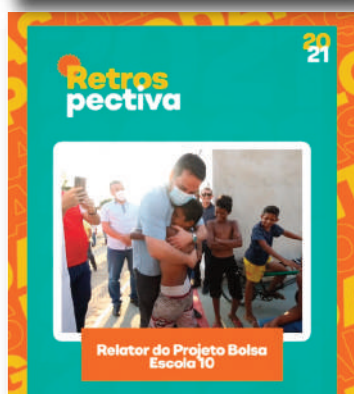


**1.600**  
**KM DE RODOVIAS**  
400KM DE DUPLICAÇÃO

TRABALHO

*Deputado tem atuado tanto na economia quanto na valorização de servidores*

# Trajetória de Paulo Dantas na Assembleia acolhe diversos setores da sociedade



O deputado estadual Paulo Dantas (MDB) tem tudo para ser o governador-tampão que irá administrar Alagoas de abril até final do ano, quando Renan Filho deixar o cargo para se candidatar ao Senado Federal. Dantas também será a aposta da Família Calheiros para a sucessão governamental. Natural de Maceió, é formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Cesmac. Produtor rural, foi eleito prefeito do município de Batalha por dois mandatos consecutivos (2005/2008 e 2009/2012). Ainda foi eleito deputado estadual nas eleições de 2018, quando obteve 38.397 votos.

A sua passagem pela Assembleia tem sido proveitosa e produtiva à sociedade alagoana. O A Notícia elencou alguns trabalhos do parlamentar que merecem destaque. Em agosto do ano passado, Dantas (MDB) apresentou proposta para o Governo do Estado conceder anistia aos pequenos produtores rurais financiados pela Agência de Desenvolvimento de Alagoas (Desenvolve), que utilizou recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoeop).

Para tanto, ele apresentou o projeto de lei nº 622/2021, que “dispõe sobre a concessão de anistia, remissão e renegociação de dívidas de operações de crédito realizadas pela Desenvolve, no âmbito de recursos do Fecoeop, aos produtores rurais, aos agricultores familiares e às cooperativas, nos seus diversos ramos de atuação, e às associações”. De acordo com a matéria, a anistia dos créditos será concedida de forma total, parcial ou através de renegociação das dívidas. A proposta, segundo o deputado Paulo Dantas, é uma forma de amenizar os efeitos da crise sanitária que se abateu no Brasil e no mundo devido a pandemia do coronavírus (Covid-19).



## Atento na economia

Em agosto de 2019, a grave crise pela qual passava a cadeia produtiva de leite em Alagoas, motivou o deputado Paulo Dantas (MDB) a usar a tribuna da Casa. Entre os apelos para combater a crise, Dantas pediu ao Governo do Estado a reabertura da antiga Fábrica de Beneficiamento de leite Camila e a regularização do calendário de pagamento do Programa do Leite, sendo este último extensivo também ao Governo Federal. Para justificar sua preocupação com o setor leiteiro do Estado, Paulo Dantas apresentou dados da Scot Consultoria mostrando que, em julho daquele ano, Alagoas apresentou um valor médio de comercialização do litro de leite de R\$ 1,16.

Em setembro de 2021, voltou a falar da cadeia produtiva do leite.

"Quando penso em cadeia produtiva do leite, eu vejo a cara da distribuição de renda e a democratização de oportunidades para o povo de Alagoas", falou Dantas. Aqui no Parlamento conseguimos aprovar projetos importantes para a cadeia produtiva", disse.

## Gás para famílias

Já em setembro de 2020, ele denunciou uma ação criminosa praticada contra uma associação de pequenos agricultores rurais de Major Izidoro, no Sertão do Estado. Dantas contou que, em companhia do deputado federal Arthur Lira (PP/AL), esteve no município para fazer a entrega de um trator e de implementos agrícolas para a entidade, localizada no povoado Riachão dos Alexandres. Um trator, uma grade e um tanque-pipa foram adquiridos por meio da Codevasf, por solicitação de Arthur Lira. "Recebi a notícia de que o trator havia sido queimado. Nunca vi isso em toda minha vida, nunca vi um ato de tamanha violência, brutalidade, irresponsabilidade e falta de compromisso com as pessoas daquela associação e do município de Major Izidoro".

Nesta semana, a Assembleia Legislativa promulgou a lei de autoria do deputado Paulo Dantas que institui o Programa Cartão Gás. A medida vai beneficiar milhares de famílias alagoanas com o pagamento de R\$ 100, a cada dois meses, para ajudar na aquisição de um botijão de gás GLP de 13kg.

## Educação

Em outubro do ano passado, o parlamentar foi o relator único de uma reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e de Educação que aprovou o projeto de lei, de origem governamental, que estabelece o Plano de Cargos e Carreira do magistério público estadual e dispõe sobre a carreira dos profissionais da Educação de nível fundamental e médio. Com certeza avançamos em educação ao longo desses últimos anos e agora vamos dar um salto ainda maior. Em setembro do mesmo ano, projeto de lei de Dantas foi apresentado para dispensar da outorga, espécie de autorização estatal para usar a água, todos os imóveis rurais que fizerem uso de até 5 mil litros/hora para consumo humano, produção agrícola ou para matar a sede de animais na propriedade. O projeto de lei diz ainda que a dispensa de outorga não se aplica aos casos de captação de água subterrânea em zonas de formação sedimentar que venham a ser consideradas como aquíferos estratégicos, assim definidos em regulamentos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh).

## Funcionalismo

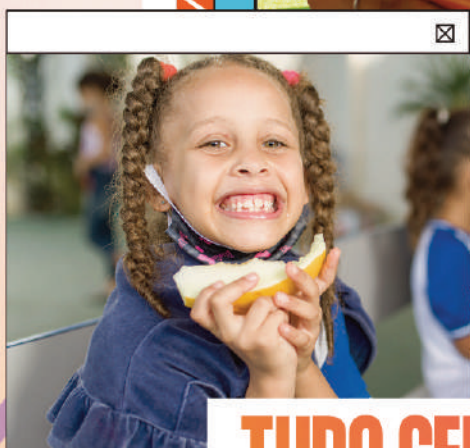
O líder do Bloco da Maioria na Assembleia, deputado Paulo Dantas, celebrou a aprovação em dois turnos, nesta quarta-feira, 23 de fevereiro, do projeto de lei que

concede um reajuste de 3,5% aos servidores ativos e inativos, efetivos e comissionados do Poder Judiciário. "É a vitória do diálogo com os representantes sindicais,

com quem conversei amplamente nas últimas semanas. Parabéns aos Parlamentares pela sensibilidade e apoio à justa reivindicação dos servidores da Justiça", afirmou o parla-

mentar. A matéria segue para sanção do governador, quando os efeitos se darão desde janeiro de 2019, permitindo que os servidores recebam os valores de forma retroativa.

# VOLTA ÀS AULAS 2022! TAMO PRONTO!



**TUDO CERTO PARA  
MACEIÓ ESTUDAR  
O ANO INTEIRO.**

- COM 576 NOVOS PROFISSIONAIS.
- ESCOLAS REFORMADAS.
- NOVAS CRECHES.
- MAIS MERENDA.
- NOVOS TRANSPORTES ESCOLARES.
- E COM TODOS OS PROTOCOLOS DE SAÚDE EM DIA.



**ACESSE: MACEIO.AL.GOV.BR**

  
**PREFEITURA DE  
MACEIÓ**  
Cidade de Todos Nós

FUTUROS ASTROS

*'Esporte para Além das Fronteiras' começa a encantar jovens nas escolas de Maceió*

# Município aposta nas artes marciais para auxiliar no desenvolvimento da criança

Quase 6 mil alunos da rede municipal de ensino serão apresentados à disciplina, dedicação e filosofia de vida que trazem o judô, o jiu jitsu, o muay thay e o kickboxing. O processo de instalação na grade curricular foi iniciado e estudantes do 7º ao 9º ano passaram a praticar as artes marciais este mês.

O 'Esporte para Além das Fronteiras' é o projeto pioneiro que os irmãos Rodrigo Minotauro e Rogério Minotouro (os irmãos Nogueira) estão implantando nas escolas municipais de Maceió.

Os astros do MMA (Sigla para as Artes Marciais Mistas) pretendem auxiliar no desenvolvimento físico, intelectual e emocional dos pequenos.

"Seguimos todas as regras da BNCC [Base Nacional Comum Curricular] e acreditamos numa mudança de futuro destes estudantes através da prática esportiva", acredita Rogério Minotouro, faixa preta em Jiu Jitsu.

Durante a aula inaugural, a até então, expectadora Natany Moura, con-

feriu

e gostou do que viu e sentiu. Ela é aluna do 9º ano da Escola Municipal Professor Antídio Vieira e disse estar animada com o programa. A estudante esteve na aula e contou que a novidade trouxe motivação.

"Tô muito animada com o programa. Eu acredito que vai ajudar muito em nosso desempenho nos estudos. Eu gosto muito de luta e estou ansiosa para começar a prática. Tô me sentindo muito motivada com a novidade", confirmou Natany Moura.

Já Heliel Yuri, estudante do 7º ano, conta estar ansioso para iniciar a prática do Judô, modalidade que mais agrada ao jovem.

"Estou muito animado para treinar as artes marciais aqui na escola, principalmente judô. Conhecia o Minotauro e o Minotouro só da televisão, acho eles muito massa. É muito legal que posso aprender deles agora", afirmou Yuri.



Não são só os estudantes que estão animados com a chegada do programa. Josefa Amâncio é diretora da escola Antídio Vieira, no Trapiche da Barra, e acredita que a prática esportiva estimulada através do programa irá agregar a toda a comunidade escolar.

"A escola está localizada em uma comunidade carente e que precisa do esporte, já que tem muita importância na vida dos estudantes. O programa vem agregar muito valor, vai ser muito bom para a comunidade porque acreditamos

numa educação inclusiva. O esporte irá somar bastante neste contexto e esperamos colher bons frutos", contou a diretora.

Elder Maia, secretário municipal de Educação, destacou a importância de incentivar o esporte e de gerar futuros atletas entre os estudantes da rede.

"É gratificante ver os alunos interagindo e absorvendo o conhecimento de uma vida toda de prática de esporte do Rodrigo Minotauro e Rogério Minotouro. Com certeza formaremos aqui futuros atletas com

o programa Esporte para Além das Fronteiras", concluiu.

O prefeito JHC é um entusiasta do Esporte Além das Fronteiras. Ele crê no empenho e fé dos irmãos Nogueira no uso do Esporte, não apenas como ascensão social, mas sobretudo, como crescimento humano.

"Ele foi desenhado [o programa] por esses dois campeões que viajaram o mundo inteiro. Maceió é a primeira capital a participar deste projeto. Ano passado foi um ano duro, que tivemos que lutar pela sobrevivência e hoje começamos a dar es-

ses grandes passos para tornar cidadãos mais fortes e mais capazes", destacou JHC.

Rodrigo Nogueira, o Minotauro, disse estar feliz em iniciar o projeto em Maceió, pelo trabalho de inovação que a atual gestão vem realizando.

"Estamos felizes em iniciar um projeto como esse, mas que já acontece fora do Brasil. O prefeito está trazendo esse projeto inovador, que já acontece em outros países, e a gente fica muito feliz em dar o pontapé inicial numa cidade como Maceió,

que temos um carinho enorme. Vejo o prefeito lançando sempre programas de inovação e com esse, vamos ajudar muitas crianças e suas famílias também", disse.

O programa "Esporte para Além das Fronteiras" tem como base a metodologia ensinada no livro homônimo, lançado pela editora Inteligência Educacional, e é inspirado em projetos de países como os Estados Unidos (com o wrestling) e, principalmente, nos Emirados Árabes (onde o jiu-jitsu é ensinado nas escolas e nos quartéis).

PEDOFILIA

Crime aconteceu em Porto Real do Colégio. Processo está em segredo de justiça

# Sargento da PM vira réu acusado de amarrar e estuprar adolescente

Um policial militar de Porto Real do Colégio está sendo alvo de processo acusado de estupro contra uma menor de idade. O suposto crime teria acontecido no ano passado e revoltado a população do município. Sem dar detalhes sobre o inquérito, o delegado Fernando Lustosa confirmou à reportagem do A Notícia que o caso foi apurado e que todo material investigativo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça (TJ). O processo contra o sargento João Teixeira de Melo, do 11 Batalhão de Polícia Militar, corre em segredo de justiça.

No ano passado, o caso chegou às manchetes da imprensa. A vítima, uma adolescente de 13 anos, contou sobre a violência sexual sofrida para a mãe. O fato teria acontecido no mês de maio de 2021. Ela procurou atendimento médico para a filha em Propriá (SE) e depois fez denúncia ao Conselho Tutelar. Conforme informações divulgadas, a adolescente contou que o PM teria a atraído para a casa dele. Lá ela teria sido amarrada e despida antes de sofrer o estupro. A vítima foi submetida a exame de corpo de delito no IML prestando ainda depoimento à Polícia Civil.

O jornal A Notícia conseguiu mais detalhes sobre o caso. O sargento da PM teria estuprado a jovem, que é de família humilde. O pai abandonou a mãe da menor, que sobrevive de bicos, como faxineira. A menina para ajudar na renda de casa, nos dias de feira, ia ajudar em uma banca, distribuindo sacolas na banca de verduras. Em troca dessa ajuda informal, a dona do comércio dava um trocado para a jovem, além de alguns legumes. O sargento, conforme informações, sempre comprava nessa banca e ficava elogiando a aparência da menor.

Até que em um dia, o militar disse à dona da banca que tinha esquecido a carteira sugerindo que a adolescente poderia buscar o dinheiro na casa dele. Quando a criança chegou na residência, ele perguntou se a menina já tinha lanchado, se estava com fome. Quando a menina

entrou, ele teria começado a alisar as partes íntimas. Foi quando a menina se levantou da mesa e tentou correr. Mas, ele pegou-a pelo braço, a despiu e a amarrrou. O sargento teria penetrado os dedos na vagina e ânus da vítima e depois ejaculado em seu rosto. No final, teria apontado uma arma para a jovem ameaçando-a de morte.

A crueldade não parou por aí. O sargento, ao saber que a história tinha vazado, arrastou a vítima novamente para sua casa para que um adolescente, de 16 anos, transasse com ela para encobrir o crime sexual. O outro jovem não conseguiu manter a relação sexual e também foi ameaçado de morte, bem como a mãe da vítima. Em agosto do mesmo ano, populares revoltados atearam fogo na casa do militar, que nunca chegou a ser afastado de seu cargo.



O processo contra o sargento João Teixeira de Melo, do 11º Batalhão de Polícia Militar, corre em segredo de justiça

## VOCÊ PODE MUDAR O FUTURO!

Fonte: Unicef - Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação, abril 2021



Educação é um direito! Mas para 5 milhões de crianças e jovens essa não é a realidade.

Ajude-nos a garantir um futuro melhor, no presente!  
**Doe agora: lbv.org**  
**pix@lbv.org.br**



OPOR  
TUNIDADES



VISTA GROSSA

*Caso de Evandro Roman, do Patriota, foi julgado em novembro pela corte*

# Arthur Lira ignora há três meses ordem para cassar mandato de deputado

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), retarda há cerca de três meses a efetivação de uma decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de cassação do mandato do deputado federal Evandro Roman (Patriota-PR) por infidelidade partidária. O plenário da corte decretou a perda de mandato em 25 de novembro de 2021, por 4 votos a 3. No dia seguinte, enviou a comunicação "para imediato cumprimento" à Mesa Diretora da Câmara, a quem cabe apenas homologar a decisão, respeitado um trâmite burocrático.

Até hoje, porém, Lira não deu encaminhamento ao caso, que não saiu da estaca zero na Câmara. Roman segue no mandato. Pela Constituição, a cassação pela Justiça Eleitoral será "declarada" pela Mesa da Câmara, ou seja, não há margem para os deputados mudarem a decisão —a situação é diferente nos casos criminais, em que eventuais ordens judiciais de cassação só são efetivadas com o aval da maioria absoluta dos parlamentares.

O trâmite burocrático na Câmara, no caso de Roman, consiste no envio do comunicado do TSE para o corregedor, que tem até 30 dias úteis para dar um parecer. Aí cabe à Mesa se reunir e declarar a perda de mandato, dando posse ao suplente.



Isso aconteceu, por exemplo, com o ex-deputado Boca Aberta (Pros-PR). O TSE cassou seu mandato em 24 de agosto de 2021 e, 23 dias depois, a Mesa da Câmara efetivou o ato. O depu-

tado Paulo Bengtson (PTB-PA), atual corregedor, disse não ter recebido ainda da Mesa o comunicado com a decisão do TSE.

Por meio de sua assessoria, Lira disse que aguarda a análise de



embargos apresentados por Roman ao TSE, embora o parlamentar não tenha obtido o chamado "efeito suspensivo" da decisão ao apresentar esses recursos. "No momento, o Tribunal Superior Eleito-

ral (TSE) irá se posicionar em relação ao mérito do embargo de declaração impetrado pelo deputado Evandro Roman, no último dia 7 de fevereiro", afirmou Lira, em nota.

## *Saída de parlamentar de partido rendeu cassação pela Justiça Eleitoral*

A decisão do TSE de ordenar a cassação do mandato de Roman é fruto de uma ação ajuizada pelo deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), primeiro suplente, e outros deputados. Em 2019, Roman trocou o PSD de Gilberto Kassab pelo Patriota, em um movimento para disputar a Prefeitura de Cascavel (PR) no ano seguinte (ele acabou em quarto na disputa). Para tentar evitar a perda

de mandato, Roman obteve cartas de anuência do presidente estadual do PSD no Paraná, o governador Ratinho Júnior, e do diretório nacional do partido.

Os documentos atestavam que a saída do parlamentar do PSD era fruto de conversas amistosas. No entanto o relator do caso no TSE, ministro Edson Fachin, argumentou que desde 2018 a jurisprudência do tribunal desconsi-

dera cartas de anuência dadas pelos partidos, dizendo que elas não configuram justa causa para a desfiliação partidária. "As cartas de anuência firmadas pelos presidentes nacional e estadual do PSD são ineficazes e despidas de qualquer valor jurídico", escreveu o ministro. "O requerido [Roman] deixou de apresentar quaisquer outros elementos de defesa que indiquem a caracterização de justa causa para a

sua desfiliação partidária.

Pela lei, deputados só podem mudar de partido sem risco de cassação se houver incorporação ou fusão de legendas, em caso de criação de partido, desvio no programa ou grave discriminação pessoal. Há ainda uma janela do troca-troca, em que as mudanças são liberadas por 30 dias —ela ocorre seis meses antes da eleição. Neste ano, de 3 de março a 1º de abril.

## REVOLTA

# *Procurador-geral da República afirmou que CPI da Covid não apresentou provas* *Renan acusa Aras de “heresia jurídica” e de “enrolar” CPI*

A cúpula da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 reuniu-se, na quarta-feira, 23, para rebater as acusações do procurador-geral da República, Augusto Aras, de que o colegiado não produziu provas sobre as supostas irregularidades cometidas por gestores públicos e privados no enfrentamento da pandemia. Em entrevista à CNN Brasil, Aras declarou que “não houve entrega de provas” ao Ministério Público Federal.

Na avaliação do ex-relator do colegiado, Renan Calheiros



(MDB-AL), Aras comete “heresia jurídica” ao alegar inexistência de provas contra os acusados e que o PGR “não terá coragem” de pedir o arquivamento das denúncias. “Há um esforço [da Procuradoria-Geral da República] para desmerecer as provas colhidas pela CPI. Não vão conseguir,

porque essa CPI investigou tudo à luz do dia, com fato material probante”, enfatizou o emedebista, acompanhado dos senadores Omar Aziz (PSD-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), presidente e vice-presidente do extinto colegiado, respectivamente.

Os parlamentares convocaram uma coletiva de imprensa, na tarde desta quarta, para apresentar o conjunto de provas enviadas à PGR detalhando os crimes cometidos durante o enfrentamento da crise sanitária. A iniciativa faz parte do esforço empreendido pela

mesa diretora da CPI para que a PGR dê andamento às investigações. Segundo o emedebista, Aras admitiu, ao solicitar o arquivamento do inquérito de prevaricação contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), que o chefe do Executivo federal cometeu o crime denunciado pelos membros da comissão.

O colegiado recebeu a informação de que Bolsonaro sabia de irregularidades envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin e, supostamente, nada teria feito a respeito da denúncia. “O que ele



faz é uma heresia jurídica. Ele confessa no relatório a existência do crime [de prevaricação], mas diz que o presidente da República não estaria obrigado a agir ou denunciar. Ora, qualquer servidor público é obrigado a informar sobre notícia de crime que tenha aces-